

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	37
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	38
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	39
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	267.413
Preferenciais	0
Total	267.413
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	1.512.896	1.452.849
1.01	Ativo Circulante	45.536	59.490
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	18.828	30.966
1.01.03	Contas a Receber	18.130	18.864
1.01.03.01	Clientes	17.597	18.331
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	533	533
1.01.03.02.01	Partes Ligadas	533	533
1.01.04	Estoques	169	536
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.054	4.907
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.054	4.907
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.344	1.949
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.011	2.268
1.02	Ativo Não Circulante	1.467.360	1.393.359
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	56.241	26.821
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	18.806	17.132
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	18.806	17.132
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	37.435	9.689
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	37.214	9.469
1.02.01.09.04	Outros Créditos	221	220
1.02.03	Imobilizado	2.871	3.144
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.871	3.144
1.02.04	Intangível	1.397.212	1.351.671
1.02.04.01	Intangíveis	1.397.212	1.351.671
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.397.212	1.351.671
1.02.05	Diferido	11.036	11.723

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	1.512.896	1.452.849
2.01	Passivo Circulante	232.232	232.623
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.951	6.355
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.951	6.355
2.01.02	Fornecedores	36.745	43.580
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	36.745	43.580
2.01.02.01.01	Fornecedores	24.962	29.990
2.01.02.01.02	Caução Contratual	11.783	13.590
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.856	3.922
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.262	2.220
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.594	1.702
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	36.336	32.706
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	36.336	32.706
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	36.336	32.706
2.01.05	Outras Obrigações	134.794	131.497
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	90.003	83.781
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	86.590	80.204
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	3.413	3.577
2.01.05.02	Outros	44.791	47.716
2.01.05.02.04	Taxa de Fiscalização	824	769
2.01.05.02.05	Sinistros Recebidos	2.576	14.354
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	10.390	2.554
2.01.05.02.07	Debêntures	31.001	30.039
2.01.06	Provisões	14.550	14.563
2.01.06.02	Outras Provisões	14.550	14.563
2.01.06.02.04	Provisões para Investimentos em Rodovias	14.550	14.563
2.02	Passivo Não Circulante	923.976	878.467
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	474.457	464.147
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	474.457	464.147
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	474.457	464.147
2.02.02	Outras Obrigações	366.125	331.414
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	366.125	331.414
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	366.125	331.414
2.02.03	Tributos Diferidos	8.416	11.675
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.416	11.675
2.02.04	Provisões	74.978	71.231
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	770	1.217
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	770	1.217
2.02.04.02	Outras Provisões	74.208	70.014
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	50.707	47.044
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	23.501	22.970
2.03	Patrimônio Líquido	356.688	341.759
2.03.01	Capital Social Realizado	323.996	303.996
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	32.692	37.763

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	118.201	152.180
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-99.894	-133.509
3.03	Resultado Bruto	18.307	18.671
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.786	-6.015
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.795	-6.020
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-6.376	-5.754
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-390	-224
3.04.02.03	Tributárias	-29	-42
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	9	5
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	11.521	12.656
3.06	Resultado Financeiro	-19.220	-12.446
3.06.01	Receitas Financeiras	1.763	1.263
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.983	-13.709
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-7.699	210
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.630	207
3.08.01	Corrente	-629	0
3.08.02	Diferido	3.259	207
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-5.069	417
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-5.069	417
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,02000	0,00220
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,02000	0,00220

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	-5.069	417
4.03	Resultado Abrangente do Período	-5.069	417

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	15.994	13.809
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	39.215	21.823
6.01.01.01	Lucro ou prejuízo do período	-5.069	417
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	12.964	6.919
6.01.01.04	Baixa de ativos permanentes	11.885	56
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-3.259	-207
6.01.01.08	Juros e variações monetárias sobre mútuos	13.079	5.102
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de empréstimos	5.858	5.856
6.01.01.11	Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	1.183	1.002
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-437	156
6.01.01.13	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	3.011	2.522
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-24.449	-7.365
6.01.02.01	Contas a receber	734	-129
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-79	-255
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-19.172	82
6.01.02.06	Fornecedores	-3.225	-950
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas	-223	118
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores	-246	255
6.01.02.09	Obrigações sociais	-404	988
6.01.02.10	Obrigações fiscais	0	-288
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	42	0
6.01.02.15	Outras contas a pagar	7.870	279
6.01.02.17	Taxa de Fiscalização	55	40
6.01.02.18	Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	-447	0
6.01.02.19	Despesas antecipadas sobre empréstimos	-30	0
6.01.02.20	Pagamento de juros - federais	-9.324	-7.505
6.01.03	Outros	1.228	-649
6.01.03.02	Estoques	367	12
6.01.03.03	Despesas antecipadas	-395	-542
6.01.03.05	Outros créditos	1.257	-119
6.01.03.06	Outras contas a receber	-1	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-89.101	-107.242
6.02.01	Aquisição do ativo imobilizado	-102	-275
6.02.02	Aquisição do ativo intangível	-87.694	-105.545
6.02.04	Aplicações Financeiras Vinculadas	-3.485	-1.422
6.02.05	Valor resgatado das aplicações vinculadas	2.180	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	60.969	81.405
6.03.01	Captação de empréstimo e financiamentos	20.167	22.036
6.03.02	Pagamentos de empréstimos - principal	-7.064	-5.631
6.03.07	Captações de empréstimos empresas ligadas	30.000	65.000
6.03.09	Pagamentos de juros - empresas ligadas	-2.132	0
6.03.10	Distribuição de juros s/ capital próprio	-2	0
6.03.14	Aumento de Capital	20.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-12.138	-12.028

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	30.966	41.982
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	18.828	29.954

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.996	0	37.979	-218	0	341.757
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.996	0	37.979	-218	0	341.757
5.04	Transações de Capital com os Sócios	20.000	0	0	0	0	20.000
5.04.01	Aumentos de Capital	20.000	0	0	0	0	20.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-5.069	0	-5.069
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-5.069	0	-5.069
5.07	Saldos Finais	323.996	0	37.979	-5.287	0	356.688

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	221.253	0	37.979	0	0	259.232
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	221.253	0	37.979	0	0	259.232
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	417	417
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	417	417
5.07	Saldos Finais	221.253	0	37.979	0	417	259.649

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	124.049	157.127
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	59.751	49.666
7.01.02	Outras Receitas	64.298	107.461
7.01.02.01	Receitas dos Serviços de Construção	62.024	104.162
7.01.02.02	Receitas Acessórias	2.274	3.299
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-84.756	-125.283
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-10.386	-10.058
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.028	-4.756
7.02.04	Outros	-72.342	-110.469
7.02.04.01	Custo da Concessão	-3.787	-3.576
7.02.04.02	Custos dos Serviços de Construção	-62.024	-104.162
7.02.04.03	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-3.011	-2.522
7.02.04.04	Outros	-3.520	-209
7.03	Valor Adicionado Bruto	39.293	31.844
7.04	Retenções	-12.964	-6.919
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12.964	-6.919
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	26.329	24.925
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.208	3.653
7.06.02	Receitas Financeiras	1.763	1.263
7.06.03	Outros	5.445	2.390
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	33.537	28.578
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	33.537	28.578
7.08.01	Pessoal	8.665	6.234
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.009	4.457
7.08.01.02	Benefícios	1.241	1.461
7.08.01.03	F.G.T.S.	415	316
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.671	6.266
7.08.02.01	Federais	609	3.646
7.08.02.03	Municipais	3.062	2.620
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	12.860	9.659
7.08.03.01	Juros	5.857	5.847
7.08.03.02	Aluguéis	660	197
7.08.03.03	Outras	6.343	3.615
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados BNDES	4.166	2.389
7.08.03.03.02	Outros	46	224
7.08.03.03.03	Despesas Financeiras (AVP)	1.183	1.002
7.08.03.03.04	Juros Capitalizados Debentures	948	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-5.069	417
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-5.069	417
7.08.05	Outros	13.410	6.002
7.08.05.01	Juros Partes Relacionadas	13.079	6.002
7.08.05.02	Juros Capitalizados - Partes Relacionados	331	0

Comentário do Desempenho

**Autopista
Litoral Sul**

arteris

Joinville, 14 de maio de 2015 – Autopista Litoral Sul S/A, empresa do Grupo Arteris, comenta seu resultado relativo ao primeiro trimestre de 2015 (1T15), período encerrado em 31 de março de 2015. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado: No 1T15 o tráfego pedagiado foi de R\$ 32.463 milhões de veículos equivalentes. Em relação ao 1T14 houve aumento do tráfego equivalente em 13,8%. Esse aumento é decorrente do melhor desempenho da economia nacional e do crescimento econômico-financeiro da região.

Receita Operacional Bruta: A Receita Operacional Bruta, excluindo o valor da Receita de Obras, foi de R\$ 62 milhões no 1T15, apresentando uma variação de 17,1% em relação ao 1T14. Essa variação deve-se ao reajuste tarifário que ocorreu em 22 de fevereiro de 2015, quando a tarifa básica passou de R\$ 1,80 para R\$ 1,90, essa redução deve-se pelo mesmo motivo acima.

Em função da adoção da Interpretação Técnica ICPC 01, as receitas de obras foram registradas na contabilidade, (conforme comentado nas notas explicativas) e tendo como contrapartida a conta custo dos serviços de construção de obras, ambas no mesmo valor, não causando impacto no resultado da companhia.

Custos e Despesas: Os Custos e Despesas, excluindo os custos de serviços de construção e a provisão para manutenção tiveram uma variação de 10,6% passando de R\$ 25,9 milhões em 1T14 para R\$ 28,7 milhões em 1T15, devido ao aumento dos custos das conservações rotineiras para cumprimento dos parâmetros exigidos contratualmente, além dos reajustes anuais dos respectivos contratos de prestação de serviços.

O custo dos serviços de construção, registrados em função da adoção da Interpretação Técnica ICPC 01, conforme comentado nas notas explicativas, tem como contrapartida a conta receita de obras, no mesmo valor, não impactando no resultado da Companhia.

EBITDA e EBITDA Ajustado: O EBITDA da Companhia passou de R\$ 22,1 milhões em 1T14 para R\$ 27,5 milhões em 1T15. Essa variação deve-se pelo aumento da receita conforme comentado no item acima. Para melhor representar a aplicação do ICPC01 foram demonstrados os ajustes efetuados no quadro EBITDA Ajustado, onde foram excluídos os valores que afetam o EBITDA da Companhia. Esses ajustes não influenciaram o fluxo de caixa da Companhia.

Resultado Financeiro: As despesas financeiras apresentaram uma variação de 54,4% em relação ao 1T15, devido a ajustes na provisão de obras futuras provenientes da revisão do cronograma de obras realizado em 2014, e por novas captações do contrato de financiamento junto ao BNDES.

Lucro Líquido: A Companhia obteve um prejuízo de R\$ 5,1 milhões no 1T15. No mesmo período do ano anterior a empresa apresentou um lucro de R\$ 417 mil. Apesar do aumento da tarifa em função do seu reajuste anual o lucro líquido apresenta um decréscimo de 1315,6% negativos em comparação 1T14. Os principais fatores que contribuíram para essa queda foram: a suspensão da arrecadação da praça de pedágio de Palhoça/SC (P5), aumento no valor depreciado, devido ao aumento das obras que entraram em operação no 1T15 e as demais variações já comentadas anteriormente.

Comentário do Desempenho

**Autopista
Litoral Sul**



Endividamento: A Autopista Litoral Sul encerrou o 1T15 com um endividamento líquido de R\$ 510,8 milhões contra R\$ 423,3 milhões no mesmo período do ano anterior. O aumento de R\$ 87,5 milhões deve-se à captação de recursos junto ao BNDES através do financiamento de longo prazo.

Investimentos: Foram investidos até março de 2015, R\$ 87,8 milhões, em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão, destacando-se principalmente as seguintes obras: Execução de Passarelas sobre Pista Dupla, Implantação de Ruas Laterais, Implantação de terceiras faixas, Alargamento e Reforço de pontes ao longo da Rodovia, Recuperação de pavimentos e de sinistros.

ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	1T15	4T14	1T14	Var% 1T15/4T14	Var% 1T15/1T14
Litoral Sul	32.462.820	34.377.333	28.523.270	-5,6%	13,8%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
(em R\$ Mil)					
	1T15	4T14	1T14	Var% 1T15/4T14	Var% 1T15/1T14
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	124.049	194.269	157.127	-36,1%	-21,1%
Receitas de pedágio	59.751	61.917	49.666	-3,5%	20,3%
Receitas de obras	62.024	127.243	104.162	-51,3%	-40,5%
Receitas acessórias	2.274	5.109	3.299	-55,5%	-31,1%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(5.848)	(6.284)	(4.947)	-6,9%	18,2%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	118.201	187.985	152.180	-37,1%	-22,3%
CUSTOS E DESPESAS	(93.716)	(157.285)	(132.605)	-40,4%	-29,3%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(21.717)	(23.065)	(20.128)	-5,8%	7,9%
Custo dos serv. de construção	(62.024)	(127.243)	(104.162)	-51,3%	-40,5%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(6.554)	(6.886)	(5.532)	-4,8%	18,5%
Remuneração da administração	(390)	(358)	(224)	8,9%	74,1%
Despesas tributárias	(29)	-	(42)	-	-31,0%
Provisão para manutenção em rodovias	(3.011)	252	(2.522)	-1294,8%	19,4%
Outras receitas operacionais, líquidas	9	15	5	-40,0%	80,0%
EBITDA	24.485	30.700	19.575	-20,2%	25,1%
Margem EBITDA	20,7%	16,3%	12,9%		
DEPRECIACIONES E AMORTIZAÇÕES	(12.964)	(8.925)	(6.919)	45,3%	87,4%
Depreciação de imobilizado	(212)	(230)	(222)	-7,8%	-4,5%
Amortização do intangível	(12.752)	(8.008)	(6.010)	59,2%	112,2%
Amortização do diferido	-	(687)	(687)	-	-
RESULTADO FINANCEIRO	(19.220)	(15.759)	(12.446)	22,0%	54,4%
Receitas financeiras	1.763	1.524	1.263	15,7%	39,6%
Despesas financeiras	(20.983)	(17.283)	(13.709)	21,4%	53,1%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(7.699)	6.016	210	-228,0%	-3766,2%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	2.630	(2.157)	207	-221,9%	1170,5%
Corrente	(629)	-	-	-	-
Diferido	3.259	(2.157)	207	-251,1%	1474,4%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(5.069)	3.859	417	-231,4%	-1315,6%
EBITDA AJUSTADO					
(em R\$ Mil)					
	1T15	4T14	1T14	Var% 1T15/4T14	Var% 1T15/1T14
EBITDA ¹	24.485	30.700	19.575	-20,2%	25,1%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	3.011	(252)	2.522	-1294,8%	19,4%
EBITDA Ajustado ²	27.496	30.448	22.097	-9,7%	24,4%

Comentário do Desempenho

**Autopista
Litoral Sul**



1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Autopista Litoral Sul S.A. é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os *websites* www.arteris.com.br e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC. FR e outras informações”).

Notas Explicativas S.A.AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Litoral Sul S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, Brasil, situada na Av. Santos Dumont nº 935. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC - SP/PR, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade é uma subsidiária “estrategicamente importante” para o seu acionista controlador Arteris S.A., a qual continuará garantindo a execução de seu programa de investimentos no portfólio atual de concessões. O grupo Arteris conta com uma qualidade de crédito que reflete a combinação da solidez econômica das suas subsidiárias e a capacidade de gerarem caixa para prover recursos suficientes, de modo que a Sociedade possa lidar com suas obrigações e, ainda, continuar realizando os investimentos necessários, de acordo com os contratos de concessão assinados.

No período de três meses findo em 31 de março de 2015 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 14 de maio de 2015.

2. CONCESSÕES

No período de três meses findo em 31 de março de 2015 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação a 31 de dezembro de 2014, além do mencionado abaixo:

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$6.424 na data-base da concessão. A partir de 31 de março de 2015 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$115.097 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A Sociedade estima em 31 de março de 2015, os montantes de R\$712.437 referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$550.370 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Os valores referentes a 31 de março de 2015 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações trimestrais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM (em especial o CPC 21(R1) – Demonstrações Intermediárias).

As demais informações relativas a: bases de mensuração; moeda funcional e de apresentação; e uso de estimativas e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, exceto pela determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão, conforme divulgado abaixo.

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo, até 31 de dezembro de 2014, era efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização era determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscavam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a Sociedade passou a reconhecer a amortização no resultado linearmente, prospectivamente, com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, considerando as atualizações a seguir:

4.1 Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	15.205	15.205
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	<u>14.550</u>	<u>14.563</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(655)</u>	<u>(642)</u>
<u>Não circulantes</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	26.457	26.457
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	<u>23.501</u>	<u>22.970</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(2.956)</u>	<u>(3.487)</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	59.886	59.886
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>50.707</u>	<u>47.044</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(9.179)</u>	<u>(12.842)</u>

Notas Explicativas S.A.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

4.2 Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis, até 31 de dezembro de 2014 era reconhecida no resultado pela projeção da curva de demanda de tráfego até o final do período da concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização, até 31 de dezembro de 2014, era reconhecida no resultado, substancialmente por meio da projeção da curva de demanda de tráfego estimada para o período de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente de concessão a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Caixa e contas bancárias	2.648	3.131
Aplicações financeiras (*)	<u>16.180</u>	<u>27.835</u>
Total	<u>18.828</u>	<u>30.966</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, essas aplicações se referem a fundo de investimento exclusivo, composto basicamente por títulos públicos federais e títulos atrelados ao CDI, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição.

As aplicações financeiras são remuneradas na média a 100,5% da variação do CDI no período.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	14.071	15.472
Cupons de pedágio a receber	1.762	1.212
Receitas acessórias a receber	<u>1.764</u>	<u>1.647</u>
Total	<u>17.597</u>	<u>18.331</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 25.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2015. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
Bases do passivo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	34.123	28.287
Provisão de participação nos lucros	-	1.444
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	770	1.217
Provisão para manutenção	50.707	40.893
Ajuste dos encargos financeiros	3.055	8.830
Ajustes de mudanças de práticas contábeis referentes a adoção da Lei 12.973 (c):		
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas	(115.117)	(115.117)
Amortização do saldo de mudança de prática	1.602	-
Estorno de capitalização de juros	<u>108</u>	<u>108</u>
Base de cálculo	(24.752)	(34.338)
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(8.416)</u>	<u>(11.675)</u>

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.

(b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

(c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

Notas Explicativas

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

Passivo não circulante

2016 (após março)	(268)
2017	(372)
2018	(387)
2019	(403)
Após 2020	<u>(6.986)</u>
	<u>(8.416)</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de março de 2015 o saldo é de R\$18.806 e em 31 de dezembro de 2014 de R\$17.132, e essas aplicações financeiras vinculadas foram remuneradas em média a 75% da variação do CDI.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

9. IMOBILIZADO

A movimentação em 31 de março de 2015 é como segue:

<u>Custo do imobilizado</u>	Móveis, utensílios e instalações	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2014	930	565	69	1.011	568	1.070	348	4.561
Adições	12	2	-	37	50	-	1	102
Transferências/reclassificações	-	-	-	-	(279)	-	-	(279)
Alienações/baixas	-	-	-	(1)	(1)	-	-	(2)
Saldo em 31.03.2015	<u>942</u>	<u>567</u>	<u>69</u>	<u>1.047</u>	<u>338</u>	<u>1.070</u>	<u>349</u>	<u>4.382</u>
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2014	(404)	(259)	(69)	(122)	(76)	(487)	-	(1.417)
Depreciações	(24)	(32)	-	-	(33)	(5)	-	(94)
Saldo em 31.03.2015	<u>(428)</u>	<u>(291)</u>	<u>(69)</u>	<u>(122)</u>	<u>(109)</u>	<u>(492)</u>	<u>-</u>	<u>(1.511)</u>
<u>Imobilizado</u>								
Saldo em 31.12.2014	526	306	-	889	492	583	348	3.144
Saldo em 31.03.2015	514	276	-	925	229	578	349	2.871
Taxas anuais de depreciação - %	9	20	20	13	12	16,67	-	

Notas Explicativas**10. INTANGÍVEL**

A movimentação em 31 de março de 2015 é como segue:

	<u>Intangível em rodovias - obras e serviços (a)</u>	<u>Software</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Adiantamento a fornecedores</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2014	993.337	3.963	437.348	439	1.435.087
Adições	15.636	96	52.092	1.504	69.328
Transferências/reclassificações	16.665	-	(16.386)	-	279
Alienações/baixas	(10.230)	-	(1.653)	-	(11.883)
Saldo em 31.03.2015	<u>1.015.408</u>	<u>4.059</u>	<u>471.401</u>	<u>1.943</u>	<u>1.492.811</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2014	(80.459)	(2.957)	-	-	(83.416)
Amortizações	(12.109)	(74)	-	-	(12.183)
Saldo em 31.03.2015	<u>(92.568)</u>	<u>(3.031)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(95.599)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2014	912.878	1.006	437.348	439	1.351.671
Saldo em 31.03.2015	922.840	1.028	471.401	1.943	1.397.212
Taxas anuais de amortização - %	3,6	20	-	-	-

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2015 até o final do período da concessão. Até 31 de dezembro de 2014, a amortização era feita com base na curva de tráfego até o prazo final da concessão.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

11. DIFERIDO

É representado por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	4.343	4.343
Consumo	3.598	3.598
Custos contratuais da concessão	7.306	7.306
Depreciações e amortizações	16	16
Conservação da rodovia	10.169	10.169
Serviços de terceiros	1.182	1.182
Tributários	1.418	1.418
Resultados financeiros	(1.327)	(1.327)
Outros gastos	<u>746</u>	<u>746</u>
	27.451	27.451
Amortização acumulada	<u>(16.415)</u>	<u>(15.728)</u>
	<u>11.036</u>	<u>11.723</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

		<u>Vencimento</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
	<u>Encargos anuais</u>	<u>final</u>		
Passivo circulante:				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,32% a.a.	Junho/2026	36.336	32.706
Passivo não circulante:				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,32% a.a.	Junho/2026	474.457	464.147
Total			<u>510.793</u>	<u>496.853</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2015, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2016 (após março)	20.490
2017	39.547
2018	42.683
2019	46.065
Após 2020	<u>325.673</u>
	<u>474.457</u>

Em 31 de março de 2015 não houve alteração nas cláusulas restritivas contidas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. DEBÊNTURES

São representadas por:

	<u>Quantidade emitida unitária</u>	<u>Taxas Contratuais (%)</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31.03.2015 Circulante</u>	<u>31.12.2014 Circulante</u>
-					
1ª emissão (a)	2.610	CDI + 1,4% a.a.	Julho/2015	31.011	30.064
Custo de transação				<u>(10)</u>	<u>(25)</u>
Total				<u>31.001</u>	<u>30.039</u>

(a) 1ª emissão de debêntures emitidas em 4 de outubro de 2013 com valor real unitário em 31 de março de 2015 de R\$10 (dez mil reais) cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor Subscrito</u>
1ª Emissão	04.10.2013	26.100	09.10.2013	26.130

A remuneração das debêntures da 1ª emissão será paga em uma única parcela juntamente com o principal na data do seu vencimento.

As debêntures da 1ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e adiantamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

Em 31 de março de 2015, a Sociedade não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Fiança prestada pela Controladora (Arteris S.A.), em favor dos Debenturistas.
2. A fiança é prestada em caráter universal e compreenderá a dívida principal e todos os seus acessórios, como juros moratórios, multa convencional ou moratória, e outros acréscimos, inclusive eventuais custos incorridos pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais.
3. O Valor Garantido será pago pela fiadora em até 3 (três) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Controladora, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas.
4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Controladora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
5. A Controladora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.
6. A inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade, podendo a fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente.
7. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da fiança prevista, em uma ou mais vezes, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora.

14. FORNECEDORES

Em 31 de março de 2015, o saldo de R\$24.962 (R\$29.990 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Notas Explicativas

Os saldos em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 e as transações realizadas nos períodos, findos em 31 de março de 2015 e de 2014, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Contas a receber:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	<u>533</u>	<u>533</u>
Total	<u>533</u>	<u>533</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (a)	525	634
Fornecedores:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	2.239	2.589
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (b)	<u>649</u>	<u>354</u>
Total	3.413	3.577
Empréstimos:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	<u>86.590</u>	<u>80.204</u>
Total	<u>86.590</u>	<u>80.204</u>
<u>Passivo não circulante</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Empréstimos:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	<u>366.125</u>	<u>331.414</u>
	<u>366.125</u>	<u>331.414</u>

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

	<u>31.03.2015</u>		<u>31.03.2014</u>	
	<u>Despesas</u>	<u>Despesas</u>	<u>Despesas</u>	<u>Despesas</u>
	<u>financeiras</u>	<u>gerais</u>	<u>financeiras</u>	<u>gerais</u>
	<u>(d)</u>	<u>(a)</u>	<u>(d)</u>	<u>(a)</u>
Contas de Resultado:				
Arteris S.A.	<u>13.079</u>	<u>1.016</u>	<u>6.002</u>	<u>2.536</u>
Total	<u>13.079</u>	<u>1.016</u>	<u>6.002</u>	<u>2.536</u>

- (a) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio de custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.
- (b) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (c) Referem-se a créditos de saldos de provisões trabalhistas de colaboradores transferidos destas empresas para a Sociedade a serem reembolsados.
- (d) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros, a partir de dezembro de 2015 e do principal a partir de dezembro de 2017, conforme demonstrados a seguir:

<u>Data da Liberação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Juros</u>	
				<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
04/09/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	4.000	2.743	2.569
17/09/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	5.000	3.429	3.212
29/09/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	2.000	1.371	1.285
06/10/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	8.000	5.487	5.140
27/10/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	6.000	4.114	3.854
05/11/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	10.000	6.858	6.425
28/11/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	10.000	6.858	6.425
05/12/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	5.000	3.429	3.212
19/12/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	17.000	11.658	10.925
10/06/2013	Junho de 2017	CDI + 1,700% a.a.	15.000	2.799	2.317
10/09/2013	Setembro de 2017	CDI + 1,700% a.a.	30.000	4.853	3.906
07/10/2013	Outubro de 2017	CDI + 1,700% a.a.	35.000	5.399	4.302
24/01/2014	Janeiro de 2017	CDI + 1,400% a.a.	40.000	4.745	3.557
06/03/2014	Março de 2017	CDI + 1,400% a.a.	25.000	2.678	1.942
01/04/2014	Abril de 2017	CDI + 1,400% a.a.	30.000	2.980	2.104
09/05/2014	Maio de 2017	CDI + 1,400% a.a.	35.000	3.096	2.083
20/06/2014	Junho de 2017	CDI + 1,400% a.a.	20.000	1.521	947
28/10/2014	Outubro de 2017	CDI + 1,400% a.a.	50.000	1.668	413
02/03/2015	Março de 2018	CDI + 1,400% a.a.	<u>30.000</u>	<u>29</u>	<u>-</u>
			<u>377.000</u>	<u>75.715</u>	<u>64.618</u>

Notas Explicativas S.A.

No decorrer do período findo em 31 de março de 2015, a Sociedade reconheceu o montante de R\$390 (R\$224 em 31 de março de 2014), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada período e seu pagamento efetuado no período seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o período corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.293 e R\$2.452.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o período social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 31 de março de 2015 é conforme segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.03.2015</u>
Cíveis	1.047	(444)	603
Trabalhistas	<u>170</u>	<u>(3)</u>	<u>167</u>
Total	<u>1.217</u>	<u>(447)</u>	<u>770</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$743 e R\$170, respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de março de 2015 (R\$807 e R\$89 respectivamente em 31 de dezembro de 2014).

Os depósitos judiciais nos montantes de R\$37.214 em 31 de março de 2015 (R\$9.469 em 31 de dezembro de 2014) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O aumento em relação a 31 de dezembro de 2014 refere-se basicamente a indenizações para desapropriação de obras na faixa de domínio previstas no contrato de concessão.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o período findo em 31 de março de 2015 é conforme segue:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
	<u>Investimentos em rodovias</u>	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>
Saldos em 31.12.2014	14.563	47.044	22.970
Adições	-	3.011	-
Utilizações	(13)	-	-
Ajuste a valor presente	<u>-</u>	<u>652</u>	<u>531</u>
Saldos em 31.03.2015	<u>14.550</u>	<u>50.707</u>	<u>23.501</u>

17. SINISTROS RECEBIDOS

Em 31 de março de 2015 o saldo de R\$2.576 (R\$14.354 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a indenizações do Itaú Seguros S.A. e da Sul América Seguros S.A. para execução de obras emergenciais e essenciais na manutenção de diversos locais sinistrados ao longo da rodovia.

Notas Explicativas

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 31 de março de 2015 é de R\$323.996 e em 31 de dezembro de 2014 é de R\$303.996. As ações ordinárias sem valor nominal em 31 de março de 2015 estão demonstradas a seguir:

	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>31.03.2015 Quantidade de ações integralizadas</u>	<u>Participação - %</u>
Arteris S.A.	267.412.678	267.412.678	100,00

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária no dia 26 de janeiro de 2015, aumento de capital social, em dinheiro, no valor de R\$20.000, passando o capital social a R\$ 323.996, dividido em 267.412.678 ações ordinárias, com a emissão de 14.781.96 novas ações.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do período, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

19. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Receita de serviços prestados	59.751	49.666
Receita de serviços de construção	62.024	104.162
Outras receitas	2.274	3.299
	<u>124.049</u>	<u>157.127</u>

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Receita bruta	124.049	157.127
ISSQN	(3.062)	(2.620)
PIS	(426)	(378)
COFINS	(1.966)	(1.740)
Outras deduções	<u>(394)</u>	<u>(209)</u>
Receita líquida	<u>118.201</u>	<u>152.180</u>

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Despesas:		
Com pessoal	(2.887)	(2.992)
Serviços de terceiros	(972)	(744)
Manutenção de bens e conservação	(30)	(36)
Depreciação / Amortização	(212)	(222)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-	(158)
Despesas de aluguel	(321)	(193)
Consumo	(149)	(126)
Transportes	(187)	(177)
Despesas com comunicação e marketing	(1.027)	(639)
Outros	<u>(591)</u>	<u>(733)</u>
Total	<u>(6.376)</u>	<u>(6.020)</u>

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Custos:		
Custos de serviços da construção	(62.024)	(104.162)
Com pessoal	(5.557)	(4.331)
Serviços de terceiros	(7.207)	(6.724)
Conservação	(2.208)	(2.599)
Manutenção e conservação de imóveis	(701)	(599)
Consumo	(1.365)	(1.241)
Transportes	(1.125)	(963)
Verba de fiscalização	(2.376)	(2.237)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(229)	(204)
Seguros / Garantias	(916)	(883)
Provisão de manutenção em rodovias	(3.011)	(2.522)
Depreciação / Amortização	(12.752)	(6.697)
Outros	<u>(423)</u>	<u>(347)</u>
Total	<u>(99.894)</u>	<u>(133.509)</u>

Notas Explicativas

S.A.

21. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	<u>1.763</u>	<u>1.263</u>
Total	<u>1.763</u>	<u>1.263</u>
	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(18.936)	(11.849)
Ajuste a valor presente	(1.183)	(1.002)
Outras despesas	<u>(864)</u>	<u>(858)</u>
Total	<u>(20.983)</u>	<u>(13.709)</u>

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	(23.811)	(3.814)
Juros capitalizados	5.445	2.389

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

23. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2015 e de 2014 é como segue:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(7.699)	210
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	2.618	(71)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outros ajustes	<u>12</u>	<u>278</u>
Despesa contabilizada	<u>2.630</u>	<u>207</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(629)	-
Diferidos	3.259	207

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em lei nº. 12.937 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Sociedade adotou esta Lei a partir de 1º de janeiro de 2015.

24. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Lucro (Prejuízo) do período	(5.069)	417
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	<u>267.413</u>	<u>190.855</u>
Lucro (Prejuízo) por ação	<u>(0,0200)</u>	<u>0,0022</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o período findo em 31 de março de 2015, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

Notas Explicativas

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não detém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	<u>Nível (*)</u>	<u>31.03.2015</u> <u>Empréstimos</u> <u>recebíveis</u>	<u>31.12.2014</u> <u>Empréstimos</u> <u>recebíveis</u>
<u>Ativos</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	2.648	3.131
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	16.180	27.835
Contas a receber	Nível 1	17.597	18.331
Aplicações financeiras	Nível 2	18.806	17.132
Partes relacionadas	Nível 1	533	533
Outras contas a receber	Nível 1	1.011	2.268

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

		<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
	<u>Nível (*)</u>	<u>Passivos financeiros ao custo amortizado</u>	<u>Passivos financeiros ao custo amortizado</u>
<u>Passivos</u>			
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 1	36.743	43.580
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	510.793	496.853
Debêntures	Nível 2	31.001	30.039
Partes relacionadas	Nível 1	456.128	415.195
Taxa de fiscalização	Nível 1	824	769
Outras contas a pagar	Nível 1	10.390	2.554

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2015, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de março de 2015, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (- 25%)</u>	<u>Cenário IV (+ 50%)</u>
--------------------	---------------------------------	-------------------------------	--------------------------------	-------------------------------

Notas Explicativas

CDI	12,00%	15,00%	9,00%	18,00%
Juros a incorrer (*)	(43.434)	(54.124)	(32.678)	(64.752)
Receita de aplicações financeiras	4.240	5.300	3.180	6.360
TJLP	5,50%	6,88%	4,13%	8,25%
Juros a incorrer (*)	<u>(27.330)</u>	<u>(34.163)</u>	<u>(20.498)</u>	<u>(40.995)</u>
Juros a incorrer líquido (*)	<u>(66.524)</u>	<u>(82.987)</u>	<u>(49.996)</u>	<u>(99.388)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

c) Risco de crédito

Em 31 de março de 2015 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$14.071 (R\$15.472 em 31 de dezembro de 2014) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - a.a.	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019 em diante</u>	<u>Total</u>
Debêntures	11,19%	31.001	-	-	-	-	31.001
BNDES Automático	8,00%	<u>36.336</u>	<u>20.444</u>	<u>39.501</u>	<u>42.638</u>	<u>371.874</u>	<u>510.793</u>
Total		<u>67.337</u>	<u>20.444</u>	<u>39.501</u>	<u>42.638</u>	<u>371.874</u>	<u>541.794</u>

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de

Notas Explicativas

conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de março de 2015, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais/Perda de receita (*)	160.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia:	Garantia de execução do contrato de concessão	106.548

(*) Por sinistro

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 01 de abril de 2015 a Concessionária efetuou a emissão de debêntures simples que será realizada em série única, onde valor total da emissão será de R\$ 30.000 (trinta milhões de reais) (“Valor Total da Emissão”), serão emitidas 3.000 (três mil) Debêntures. As Debêntures serão da espécie subordinada, não contando com garantias reais ou fidejussórias. Os recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures serão destinados à execução do plano de investimentos da Emissora. A presente escritura de emissão representa a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, Os referidos títulos serão remunerados em 100% da variação acumulada da taxa DI com sobretaxa de 1,40% a.a..O vencimento ocorrerá em março de 2017

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Autopista Litoral Sul S.A.

Joinville - SC

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autopista Litoral Sul S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e trimestre anterior, respectivamente

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e as informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2014, apresentados para fins de comparação foram, respectivamente, auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatórios sem modificação, respectivamente, em 25 de fevereiro de 2015 e 7 de maio de 2014.

Campinas, 14 de maio de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Edgar Jabbour

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 156465/O-9

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Joinville, 14 de maio de 2015.

Diretoria

Marcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Paulo Mendes Castro

Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes.

Joinville, 14 de maio de 2015.

Diretoria

Marcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Paulo Mendes Castro

Diretor Superintendente